



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO SRP Nº 025/2020**

**CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: CONSUMO**

**TIPO DE LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de insumos da construção civil da Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil), subsidiariamente nas Tabelas da SICRO (Sistema de Custos Referenciais de Obras) e subsidiariamente da SETOP (Planilha Referencial de Preços para as Obras do Estado de Minas Gerais), em regime de maior desconto percentual unitário, para atender às necessidades da administração da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, conforme condições, quantidades e exigências neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Previsão Consumo 2020/2021
		NÚMERO DE COTAS Valor R\$ 1,00
CAMPUS EM DIAMANTINA		
01	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos. <b>Entrega Diamantina</b> <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	187.500,00
02	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de carpintaria. <b>Entrega Diamantina</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	20.000,00
03	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de combate a incêndio. <b>Entrega Diamantina</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	15.000,00
04	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de hidráulica. <b>Entrega Diamantina</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	70.000,00
05	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de paisagismo. <b>Entrega Diamantina</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	30.000,00
06	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de pintura. <b>Entrega Diamantina</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	70.000,00
07	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de revestimento. <b>Entrega Diamantina</b> <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	135.000,00
08	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de elétrica. <b>Entrega Diamantina</b> <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	112.500,00
09	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de serralheria. <b>Entrega Diamantina</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	50.000,00
10	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de vidraçaria. <b>Entrega Diamantina</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	40.000,00
CAMPUS EM UNAÍ		
11	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos. <b>Entrega Unai</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	50.000,00
12	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de carpintaria. <b>Entrega Unai</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	5.000,00
13	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de combate a incêndio. <b>Entrega Unai</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	2.500,00
14	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de hidráulica. <b>Entrega Unai</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	15.000,00
15	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de paisagismo. <b>Entrega Unai</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	35.000,00

16	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de pintura. <b>Entrega Unai</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	15.000,00
17	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de revestimento. <b>Entrega Unai</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	60.000,00
18	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de elétrica. <b>Entrega Unai</b> <b>AMPLA CONCORRENCIA</b>	75.000,00
19	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de serralheria. <b>Entrega Unai</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	15.000,00
20	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de vidraçaria. <b>Entrega Unai</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	15.000,00
<b>CAMPUS EM JANAÚBA</b>		
21	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos. <b>Entrega Janaúba</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	50.000,00
22	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de carpintaria. <b>Entrega Janaúba</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	5.000,00
23	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de combate a incêndio. <b>Entrega Janaúba</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	2.500,00
24	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de hidráulica. <b>Entrega Janaúba</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	15.000,00
25	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de paisagismo. <b>Entrega Janaúba</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	35.000,00
26	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de pintura. <b>Entrega Janaúba</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	15.000,00
27	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de revestimento. <b>Entrega Janaúba</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	60.000,00
28	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de elétrica. <b>Entrega Janaúba</b> <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	75.000,00
29	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de serralheria. <b>Entrega Janaúba</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	15.000,00
30	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de vidraçaria. <b>Entrega Janaúba</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	15.000,00
<b>CAMPUS EM TEÓFILO OTONI</b>		
31	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos. <b>Entrega Teófilo Otoni</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	50.000,00
32	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de carpintaria. <b>Entrega Teófilo Otoni</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	30.000,00
33	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de combate a incêndio. <b>Entrega Teófilo Otoni</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	20.000,00
34	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de hidráulica. <b>Entrega Teófilo Otoni</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	20.000,00
35	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de paisagismo. <b>Entrega Teófilo Otoni</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	10.000,00
36	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de pintura. <b>Entrega Teófilo Otoni</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	20.000,00
37	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de revestimento. <b>Entrega Teófilo Otoni</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	30.000,00
38	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de elétrica. <b>Entrega Teófilo Otoni</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	70.000,00
39	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de serralheria. <b>Entrega Teófilo Otoni</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	30.000,00

40	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de vidraçaria. <b>Entrega Teófilo Otoni EXCLUSIVO ME/EPP</b>	20.000,00
<b>RESERVAS DE COTA PARA ME/EPP</b>		
41	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos. <b>Entrega Diamantina (RESERVA DE COTA ME/EPP - REFERENTE AO ITEM 01)</b>	62.500,00
42	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de revestimento. <b>Entrega Diamantina (RESERVA DE COTA ME/EPP - REFERENTE AO ITEM 07)</b>	45.000,00
43	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de elétrica. <b>Entrega Diamantina (RESERVA DE COTA ME/EPP - REFERENTE AO ITEM 08)</b>	37.500,00
44	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de elétrica. <b>Entrega Unai (RESERVA DE COTA ME/EPP - REFERENTE AO ITEM 18)</b>	25.000,00
45	Todos os insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais de elétrica. <b>Entrega Janaúba (RESERVA DE COTA ME/EPP - REFERENTE AO ITEM 28)</b>	25.000,00

1.2. Em atendimento ao art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015, foram reservadas cotas de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. DA NECESSIDADE E OBJETIVO

2.1.1. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), ao longo de sua história, segue no desenvolvimento e expansão contínuos dos serviços prestados à sociedade, consolidando-se como instituição pioneira em ações de extensão, na geração e na transferência do conhecimento e de tecnologias resultantes da pesquisa científica e constituindo-se referência de qualidade na educação superior, em todos os níveis.

2.1.2. Suas ações encontram-se alicerçadas nos princípios institucionais de gestão democrática (Constituição Federal, art. 206, VI), bem como na autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial conferida às universidades, pelo art. 207, caput, da Constituição Federal e pelos arts. 53 e 54 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), com vistas à defesa do ensino de qualidade, público e gratuito (Constituição Federal, art. 206, VII e IV), na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com seu compromisso social, no desenvolvimento sustentável, na igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição e no fortalecimento dos convênios, acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade urbana e rural. Não se perde de vista nesse processo, a valorização do ser humano, o respeito à liberdade intelectual e de opinião na ambiência do trabalho acadêmico, na interdisciplinaridade de ações e na busca dos avanços científicos e tecnológicos comprometidos institucionalmente com a sociedade e sua qualidade de vida.

2.1.3. Na busca para implementar uma política institucional visando uma maior organização, dinamismo, controle, ampliação e visibilidade das atividades na Universidade e, em especial, preparar a instituição para atingir um novo patamar qualitativo, em meados de 2017, com vistas a otimizar e aumentar a efetividade no planejamento e execução dos recursos orçamentários, a UFVJM iniciou uma série de mudanças em seus processos de planejamento e compras.

2.1.4. Ainda com o objetivo de melhorar todo esse processo foram criados procedimentos relacionados aos processos de planejamento que envolve a distribuição dos recursos orçamentários.

2.1.5. De posse de todas as demandas da Universidade a Diretoria de Patrimônio e Materiais juntamente com Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento compilam as demandas das diversas unidades administrativas com as demandas estratégicas da Instituição, permitindo assim conhecer, padronizar os tipos de materiais a serem adquiridos e compor uma estimativa de quantitativo necessário de cada item para o desenvolvimento das atividades de toda a universidade pelo período de um ano.

2.1.6. Os materiais do grupo são necessários para atender as demandas planejadas pelas unidades administrativas, essenciais para o funcionamento dos cursos oferecidos pela UFVJM atualmente.

2.1.7. De acordo com o Plano Anual de Contratações do ano de 2020 para Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri foi disponibilizado o valor de R\$ 1.800.000,00 para utilização com demandas de manutenções preventivas e corretivas da infraestrutura da UFVJM. Com essa distribuição, o planejamento foi pautado nas demandas prioritárias, permitindo a alocação dos recursos recebidos nas rubricas desejadas, respeitando os limites para cada rubrica.

2.1.8. Com base no histórico do ocorrido nos 10 meses do Pregão SRP 019/2019, percebe-se que o valor oficialmente que foi contratado de R\$1.650.000,00, a menor do que foi licitado, atendeu parcialmente a demanda de insumos necessária para a manutenção da infraestrutura dos Campi Diamantina com abrangência do Campus 1, Campus JK, Fazenda Experimental do Rio Manso e Fazenda Experimental do Moura, Campus Janaúba, Campus Unai e Campus Teófilo Otoni. Pois, além do baixo contingenciamento de recursos alocados para a infraestrutura da Universidade, ocorreu de que os itens "material básico" dos Campi Unai, Janaúba e Teófilo Otoni que perfazem juntos o valor total de R\$150.000,00, não pertencentes àquele total, não serem licitados, estes foram cancelados na fase de julgamento das propostas, inviabilizou uma série de manutenções necessárias naqueles Campi e, assim, acreditamos que repeti-los neste novo processo poderemos através de uma melhor pesquisa de preços com critérios claros de competitividade e valor de mercado além de uma maior divulgação aos futuros licitantes poderemos sanar este problema visando atender melhor às demandas de toda a Universidade referente às manutenções em sua Infraestrutura.

2.1.9. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) tem área estimada em 3.469.485,00m². Possuem uma área total de 144.424 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro) metros quadrados de área construída. É visível o investimento que fora realizado em infraestrutura no campus universitário ao longo de sua história, no que concerne, ademais, à expansão imobiliária, mobilidade, paisagismo. Vale ressaltar, pois, que todos os investimentos realizados convergem à importância de expandir continuamente a infraestrutura física da UFVJM, de modo a possibilitar que ela alcance sua missão: promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, formando cidadãos e profissionais qualificados, produzindo conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e disseminando a cultura acadêmica, o conhecimento científico e tecnológico na sociedade.

2.1.10. Ressalta-se que o desenvolvimento da infraestrutura do campus está relacionado às políticas públicas de expansão do acesso ao ensino superior, as quais têm sido cada vez mais valorizadas e contribuindo para o aumento significativo de ingressantes nas universidades públicas federais.

2.1.11. Assim, para que esta Universidade ofereça um serviço público de qualidade e efetivo é imprescindível que a infraestrutura supracitada, além de existir e acompanhar a evolução da instituição ao longo do tempo seja alvo da devida manutenção (preventiva e/ou corretiva), de modo a garantir máxima utilização de suas instalações com vistas ao cumprimento de sua missão institucional.

2.1.12. No âmbito do serviço de manutenção predial, preventiva e/ou corretiva, sob gerenciamento da administração, esta universidade tem adotado como uma de suas estratégias a contratação da mão de obra, ficando à sua responsabilidade o fornecimento dos insumos necessários, uma vez que assim é garantido economia de recursos financeiros.

2.1.13. Os insumos que fazem parte desta contratação servirão para atendimento às demandas que serão executadas pela própria UFVJM, pela sua equipe de manutenção que tem como função realizar as manutenções preventivas e corretivas de pequeno porte.

2.1.14. A escolha da utilização da licitação dos itens agrupados em lotes vem da especificidade de cada item que será adquirido. Ou seja, itens agrupados por especificidade, permite que empresas especializadas possam participar e oferecer descontos competitivos, reduzindo os custos para a administração pública e garantindo ao processo os princípios da economicidade e da vantajosidade à administração desta instituição, além de ampliação da competitividade e atendimento a regra de dividir o objeto pretendido em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. Esse é o comando que se forma do § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93.

2.1.15. A divisão do objeto privilegia a ampla participação de licitantes, que, embora não dispondo de capacidade para a contratação da integralidade pretendida, podem fazê-lo em relação a itens ou unidades individualmente consideradas. Inclusive, essa conduta é imposta pela Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União ao administrador que gera recursos públicos federais.

2.1.16. Os benefícios advindos dessa prática de contratação são, basicamente, a possibilidade de atendimento integral das demandas por esses insumos, uma vez que as tabelas SINAPI, SICRO e SETOP, atualmente, congregam aproximadamente 10.000 (dez) mil insumos da construção civil; economia de recursos públicos (físicos, financeiros, humano, etc.), por condensar vários processos licitatórios nestas; torna o certame mais atrativo aos licitantes.

2.1.17. A tabela SINAPI será a prioritária na referência para a contratação. Caso o item desejado não seja encontrado nesta, serão consultadas respectivamente as tabelas SICRO e SETOP.

2.1.18. Todavia, cabe justificar as razões que amparam a utilização dos preços da tabela SINAPI como a primeira referência para esta contratação. Pois bem, no ano de 2003, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) incluiu a mediana dos preços de serviços equivalentes do SINAPI como limitador de preços para serviços e insumos contratados com recursos do Orçamento Geral da União. Até a edição para 2013, a determinação foi mantida nas sucessivas edições de LDO, com pequenas alterações. No ano de 2013, o tema foi suprimido da LDO para 2014 e passou a ser tratado pelo Decreto Presidencial nº 7983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

2.1.19. Destaca-se que tanto a SINAPI quanto a SICRO disponibilizam as suas informações para todos os estados da Federação, assim os preços de referência adotados para esta contratação serão aqueles disponibilizados para o estado de Minas Gerais, diferente da SETOP que abrange somente o estado de Minas Gerais.

2.1.20. Para tanto, solicitamos que seja empreendido processo licitatório a fim de atender a demanda, ora pleiteada pela administração desta Instituição.

## 2.2. DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP

2.2.1. Em atendimento ao exposto, no art. 15, II, da Lei nº 8.666/1993, que determina que as compras efetuadas pela administração pública devam, sempre que for possível, ser processadas através do Sistema de Registro de Preço, optou-se pela adoção do SRP na presente demanda por atender as exigências legais para sua utilização.

2.2.2. A seguir estão descritos alguns aspectos a serem observados anteriormente à utilização de licitação para registro de preços:

2.2.3. Identificar as necessidades do órgão por meio de levantamento de informações.

2.2.4. Tendo em vista a utilização do SIGA como forma de levantamento das demandas das unidades administrativas pertencentes à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, foi especificado a natureza do material necessário para o atendimento das demandas de manutenção civil, elétrica, hidráulica dentre outras.

O art. 3º do Decreto nº 7.892/2013 estabelece as hipóteses em que Administração Pública Federal pode utilizar o SRP:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.2.5. É importante ressaltar que os órgãos e entidades, quando da utilização de licitação para registro de preços, devem fundamentar, formalmente, nos autos do processo em qual das hipóteses estabelecidas pelo art. 3º do Decreto nº 7.892/2013 está amparada a licitação para Sistema de Registro de Preços – SRP.

2.2.6. Entende-se que as demandas emanadas pela UFVJM atendem aos seguintes requisitos:

### Frequências das contratações

Considerando o volume e especificidade dos itens demandados pelas unidades administrativas conjugado com a natureza da aplicação desses itens (ensino, pesquisa e extensão), a continuidade das atividades da Instituição torna-se um dos atributos principais a ser levado em conta pelos gestores, tendo em vista que a interrupção da prestação dos serviços públicos causaria transtornos aos administrados. O fato é amplamente difundido na Doutrina, como por exemplo, o doutrinador Marçal Justen Filho, discorrendo acerca do tema:

2.2.7. “A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro.”

2.2.8. O inciso I vislumbra a hipótese de contratações frequentes. Na situação em comento, a UFVJM sabe que necessita contratar várias vezes o mesmo serviço ou adquirir bens, mas não sabe com absoluta certeza, em qual momento a contratação será possível. Para não correr o risco de ter que contratar por emergência (cujos requisitos, registrem-se, são peculiares e excepcionais) a opção de realizar licitações por SRP, cumprindo a regra de efetuar aquisição ou contratar serviços, através de procedimento licitatório e garantindo o preço e contratação imediata para o momento em que efetivamente necessitar realizá-la.

### Conveniência da entrega parcelada:

O inciso II representa a situação em que a UFVJM precisa que o bem seja entregue parceladamente para atendimento as demandas preventivas, isto é, a UFVJM sabe as quantidades que precisará e quando precisará do bem ou da prestação do serviço, todavia, com vistas a otimizar os recursos orçamentários, opta-se por realizar o SRP, prevendo as futuras contratações. Registre-se, que, segundo nosso entendimento, nada obsta que sejam realizadas licitações com previsão de entrega parcelada, porém, nesse caso, o recurso orçamentário para a pretensa aquisição ou para a prestação do serviço deverá estar previamente disponível, excetuando-se a licitação

por SRP, conforme Orientação Normativa/AGU nº 20, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, ps. 14 e 15): “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”.

2.2.9. Desde 2015, com menos recursos orçamentários, por conta de uma ordem de contingenciamento do Governo Federal, a UFVJM tem executado seu planejamento orçamentário tentando encontrar maneiras de minimizar os reflexos do contingenciamento em suas atividades. Assim, tem feito análise minuciosa das demandas iminentes, definindo-se as ordens de prioridade em decorrência do valor orçamentário liberado mensalmente. Tal situação pode ser comprovada, por ocasião da publicação do Decreto Federal nº 8.389/2015, que determinou o limite mensal de execução financeira equivalente a 1/18 avos, o que, na prática, significou um contingenciamento no orçamento previsto.

2.2.10. Outro ponto a ser considerado, é que o volume das aquisições é alto, e devido ao tamanho do espaço necessário para o armazenamento dos itens no Almoxarifado Central da UFVJM, que inclusive passará por um processo de ampliação do seu espaço físico, a opção por entrega parcelada mostra-se a mais economicamente viável nas atuais circunstâncias. Deve-se considerar ainda, os custos de armazenamento, gerenciamento e logístico de recebimento e distribuição interna, que a Administração deixa de arcar.

#### Aquisição Conjunta

O inciso III disciplina a hipótese em que a aquisição ou a prestação dos serviços vise o atendimento de mais de um órgão ou entidade ou a programa de governo.

2.2.11. A UFVJM atende a este aspecto ao permitir a participação de outros órgãos na fase de planejamento para compra compartilhada, potencializando maior economia face ao aumento da escala. Da mesma forma, ela também adere ao planejamento de compra compartilhada de outros órgãos, incluindo seus *campi*.

2.2.12. Nesse caso, a utilização do SRP possibilitará que as aquisições de bens ou prestação de serviços sejam realizadas de uma forma unificada, isto é, o preço será igual para todas as entidades, o que facilitará a administração dos recursos e a posterior prestação de contas não só aos Tribunais de Contas, mas também a sociedade.

#### Impossibilidade de previsão de quantidade

O inciso IV se refere às situações em que a Administração não consegue prever exatamente qual será o quantitativo utilizado pela Administração, ou seja, para atendimento das demandas corretivas ou não mensuráveis. Há ainda, objetos que revelam uma situação peculiar em que não se mostra possível precisar com exatidão o quantitativo a ser utilizado.

2.2.13. Justamente por não haver a obrigação de contratar, as quantidades a serem apostas nos editais de licitações do Sistema de Registro de Preços não precisam ser exatas, isto é, cabe a estimativa, em termos aproximados para um determinado período.

2.2.14. Todavia, ressalta-se que, ainda que a Administração através de sua empresa de fiscalização de obras fez um levantamento das demandas para reforma e adequações dos prédios dos *campi*, de forma a resolver patologias ocasionadas pelo uso e intempéries de tempo, de forma a balizar os recursos destinados a aquisição dos bens pretendidos adquirir via este SRP, em óbice.

2.2.15. Diante do exposto anteriormente esta solicitação de compras no Sistema de Registros de Preços se justifica por estar de acordo com o inciso II do Art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

2.2.16. É uma das vantagens em se utilizar o SRP nas contratações públicas. O § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892/2013 traz a seguinte regra:

2.2.17. § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

2.2.18. No mesmo sentido, a Orientação Normativa AGU Nº 20, de 1º de abril de 2009 dispõe que “na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”.

2.2.19. O que coaduna com a expectativa de liberação do limite orçamentário da UFVJM.

2.2.20. Diante de tudo que foi exposto, no âmbito da UFVJM e considerando a peculiaridade dos itens a serem adquiridos, o Sistema de Registro de Preços apresenta uma série de vantagens e flexibiliza sua gestão na missão de conciliar as necessidades da Administração com a exigência de licitar e adequar-se a disposição dos recursos orçamentários, além de:

- a) Atender as contingências do orçamento, evitando bloqueio de recursos ou no caso de inexistência destes, garantindo o preço, otimizando assim, a utilização dos recursos orçamentários, haja vista que sua vinculação somente ocorrerá no momento da aquisição ou prestação do serviço e não da abertura do procedimento licitatório;
- b) Atender aos determinados tipos de compras que tenham dificuldade de planejamento e demandas imprevisíveis;
- c) Não obrigação por parte da Administração Pública em contratar;
- d) Obrigação por parte do registrado em garantir o preço, salvo por fato superveniente e comprovadas alterações dos custos dos insumos;
- e) Disponibilização de espaço de almoxarifado;
- f) Diminuição do número de licitações;
- g) Diminuição de custos de seguro e de armazenamento;
- h) Evitar eventuais riscos de vencimento de prazos de validade.

2.2.21. Também, o Tribunal de Contas da União, órgão máximo de controle das contas públicas no âmbito federal, orienta que as compras, sempre que possível, sejam realizadas por SRP, principalmente na área da saúde:

2.2.22. “(...) utilize sempre que possível, nas compras efetivadas para os hospitais federais localizados no Rio de Janeiro, o sistema de registro de preços, em obediência ao disposto no art. 15, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, de maneira a otimizar o processo de aquisição de insumos e obter preços e condições mais vantajosos para a Administração (...).”

2.2.23. É válido destacar que os insumos empregados nos serviços de manutenção da infraestrutura dos campi universitários deverão ser contratados frequentemente, dado o alto número de serviços que necessitam ser prestados pontual ou periodicamente. Por se tratar de materiais da construção civil, destaca-se que muitos são do tipo perecível, como cal, cimento e rejunte, e de difícil armazenamento por longos períodos, como é o caso de areia e brita. Por fim, apesar de a UFVJM balizar os quantitativos estimados para esta contratação em séries temporais de consumo anterior, em matéria de reformas e manutenção há sempre uma grande imprevisibilidade dos reais quantitativos a serem utilizados, por se tratar de uma característica intrínseca à construção civil, inclusive reconhecida pelo legislador no §1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ao estabelecer que os acréscimos no caso particular de reforma são limitados a 50% do valor originariamente contratado. Assim, fica justificada a necessidade da adoção do Sistema de Registro de Preços neste certame licitatório tendo em vista o conteúdo disposto nos incisos I, II e IV do Decreto Federal nº. 7.892/13.

### **2.3. DA ESPECIFICAÇÃO**

2.3.1. Os objetos a serem adquiridos estão especificados na Tabela I que demonstra os insumos classificados por categoria.

2.3.2. A presente contratação se processará através do maior percentual de desconto aplicado sobre a tabela SINAPI, utilizando-se subsidiariamente da SICRO e SETOP (Planilha Referencial de Preços para as Obras do Estado de Minas Gerais).

2.3.3. O Decreto 7.983/2013 em seu artigo 3º determina a formação dos preços referente a obras e serviços de engenharia, a partir das composições dos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, dessa forma as planilhas SINAPI é que foram definidas como o referencial para a aplicação do desconto e formação dos preços dos insumos que serão adquiridos.

2.3.4. O julgamento com base em maior desconto é admitido pela legislação, enquadrado como tipo de licitação menor preço, este expressamente previsto na 8.666/93. No caso, a especificidade dessa licitação tipo menor preço será a forma de apuração desse preço, o critério de julgamento, que será com base no maior percentual de desconto ofertado, não no menor valor nominal orçado.

2.3.5. A justificativa para a adoção deste critério de julgamento considera que é impossível prever de antemão os materiais que serão necessários para as diversas intervenções que podem ocorrer num processo de manutenção de espaços físicos numa Instituição do porte da UFVJM. Assim para que não haja falta de qualquer material gerando ociosidade na equipe de funcionários contratados para manutenção dos espaços este modelo se mostra como a opção mais viável para o fim a que se destina.

#### 2.4. DA UTILIZAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO

2.4.1. Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

3.2. Portanto, a aquisição de materiais de consumo para utilização nas atividades da instituição deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

3.3. Devido às características da contratação e por se tratar de material de consumo, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. A contratação pretendida fundamenta-se na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 3.555/00 e suas alterações, no Decreto nº 5.450/05, na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, no Decreto nº 8.538/15, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/13 e nas demais normas legais pertinentes.

4.2. O objeto desta contratação está descrito de forma objetiva e clara no edital, estabelecendo padrão de qualidade que atende aos interesses da UFVJM, resultando, sua escolha na vantajosidade do menor preço. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, considerando que são bens que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais no mercado.

4.3. Na realidade, neste tipo de fornecimento não se configuram grandes variações técnicas que influenciem em suas qualidades e nem tampouco são necessárias alternativas técnicas de desempenho dependentes de tecnologia sofisticada.

### 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

#### 5.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO

5.1.1. A UFVJM fará a solicitação do material através do envio, à Contratada, de solicitação de fornecimento. No prazo de 48 (quarenta e oito) horas a empresa deverá apresentar as marcas e modelos a serem fornecidos para aprovação da UFVJM.

5.1.2. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de aprovação da mercadoria pela UFVJM, de acordo com as especificações constantes insumos da tabela SINAPI, subsidiariamente na SICRO e subsidiariamente na SETOP. O licitante vencedor deverá entregar os objetos cotados, conforme as particularidades e demais condições estipuladas em sua proposta comercial.

5.1.3. Deverá o contratado comunicar à UFVJM, por intermédio da Diretoria Patrimônio e Materiais, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados a impossibilidade do cumprimento do fornecimento, informando os motivos correlatos.

5.1.4. Os objetos licitados deverão ser entregues com todas as despesas pagas pelo licitante vencedor, sendo que:

**Local de entrega para o Campus de Diamantina será no setor de Almoxarifado da UFVJM**, situada na Rodovia MGT 367 – Km 583, nº 5000, bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG, CEP 39100-000, Telefone +55 (38) 3532-1200

**Local de entrega para o Campus de Unai será no setor de Almoxarifado da UFVJM**, situada na Avenida Vereador João Narciso, 1380, Bairro Cachoeira, Unai/MG, CEP: 38610-000, Telefone +55 (38) 3677-9950

**Local de entrega para o Campus de Janaúba será no setor de Almoxarifado da UFVJM**, situada Avenida Um, nº 1.150, Cidade Universitária, CEP 39447-814 Telefone: +55 (38) 3829-3100

**Local de entrega - Campus Mucuri** será na Rua do Cruzeiro, nº 01, Jardim São Paulo, Teófilo Otoni (MG) CEP 39803-371, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 horas, em dias úteis.

5.1.5. O licitante vencedor do certame é obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega deles esteja prevista para data posterior a seu vencimento.

5.1.6. O horário para recebimento dos objetos licitados é das 07h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30, de segunda a sexta-feira.

5.1.7. Os objetos licitados deverão ser entregues conforme a exata descrição constante da tabela SINAPI, subsidiariamente na SICRO e subsidiariamente na SETOP. Não serão aceitos objetos fora da especificação. Se a qualidade dos objetos licitados não corresponder às especificações exigidas na solicitação do material, a atestação será recusada e será solicitada a sua substituição, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

5.1.8. Considerando tratar-se de aquisição mediante percentual de desconto, sobre a tabela SINAPI, subsidiariamente na SICRO e subsidiariamente na SETOP, após a solicitação da UFVJM, a empresa deverá apresentar as marcas e modelos a serem fornecidos, para aprovação da fiscalização técnica da Universidade, só assim a empresa estará autorizada a fazer a entrega do material, em consonância com a marca aprovada pela UFVJM.

#### 5.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O recebimento dos objetos licitados será efetuado da seguinte forma:

5.2.1. Provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste termo de referência.

5.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.2.3. Definitivamente, até 15 (quinze) dias úteis, após verificação de qualidade e quantidade dos objetos licitados e consequente aceitação pela Administração.

5.2.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 5.3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.3.1. Para o objeto deste Termo, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e no Decreto nº. 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. **O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato ou de instrumentos hábeis previstos no caput do art. 62 da Lei nº 8.666/93 consistem na verificação da conformidade da entrega dos objetos licitados e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do instrumento, devendo ser exercidos por um servidor especialmente designado pelo Reitor, na forma dos art. 67 da Lei nº 8.666/93.**

10.5. **Os fornecimentos deverão ser fiscalizados por servidor credenciado e capacitado.**

10.6. **A Fiscalização deverá registrar, no Relatório Diário de Ocorrências, as irregularidades verificadas e pertinentes à execução do objeto contratual, assinando-o conjuntamente com o representante do licitante vencedor.**

10.7. **Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pelo licitante vencedor, sem ônus para a UFVJM.**

10.8. **As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscalização deverão ser solicitadas ao agente público competente, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.**

## 11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento dos objetos fornecidos pelo licitante vencedor e aceitos definitivamente pela UFVJM será efetuado em conformidade com as disposições contidas no Edital e neste termo de referência, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.
- 11.2. O pagamento será realizado até o 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente à entrega dos objetos licitados, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal ou da Fatura, devidamente atestada pelo servidor responsável, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.
- 11.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\left( \frac{6}{100} \right)$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

## 12. DO REAJUSTE

- 12.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



- 12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.8. O reajuste será realizado por apostilamento

### 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1. Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto.
- 13.2. Nesta contratação não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 13.2.1. Diante da natureza dos serviços e;
- 13.2.2. Considerando que o objeto não possui nenhum nível de complexidade;
- 13.2.3. Considerando tratar-se de uma licitação, onde a aquisição se dará por item, e
- 13.2.4. Considerando que a entrega dos itens é imediata.
- 13.3. Desta forma, a exigência da garantia contratual torna-se dispensável para a presente licitação.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 14.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

**15. DA RESCISÃO**

- 15.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, de conformidade com os arts. 77 e 78, incisos I a XVIII, 79, da Lei nº 8.666/93.
- 15.2. A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos incisos II e IV do art. 80 do mesmo diploma legal.
- 15.3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 15.4. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**16. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

16.1. O valor total estimado dos objetos a serem licitados é de **R\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais)** sem aplicação do desconto mínimo. Definuiu-se o valor de R\$ 1,00 por cota de forma que na ocasião da emissão das notas de empenho os recursos públicos sejam mais bem utilizados buscando empenhar o valor exato de cada produto que compõem as categorias; desta forma exemplificamos: **“O valor de custo dos itens constantes na tabela SINAPI, subsidiariamente na SICRO e subsidiariamente na SETOP será definido através de cotas. Entende-se que haverá custo um total de R\$ 400.000,00 para MATERIAIS BÁSICOS e R\$ 100.000,00 para MATERIAIS CARPINTARIA. Para a definição de valor de custo de cada produto da tabela que compõem cada categoria, no momento do empenho, a regra a ser utilizada será a quantidade de cotas multiplicada pelo valor da cota que será correspondente ao valor aproximado do produto a ser adquirido. Exemplo: Preço do AÇO CA 50-20 MM (CORTADO E DOBRADO) item da categoria MATERIAIS BÁSICOS com desconto: R\$ 80,00 empenho = R\$1,00 x 80 (quant. de cotas) saldo da categoria: R\$ 399,920,00”**

16.2. Os quantitativos a serem contratados pela UFVJM, por categoria de insumo, são os constantes na Tabela 2. A estimativa foi realizada não somente com base no histórico de consumo dos insumos em momento de toda a Universidade até a presente data de vigência da SRP 019-2019 realizada pela Administração, devido ao pouco contingenciamento de recursos alocados para a manutenção da Universidade, como também considerando as expectativas de gastos para uma crescente e necessária manutenção na infraestrutura dos Campi da UFVJM no atual estado que se encontram.

TABELA 2 – Itens da Tabela Sinapi, Cotas licitadas e contratadas em 2019, valores empenhados durante 10 meses no biênio 2019/2020, pois ainda não foi finalizado, e previsão de consumo para os próximos 12 meses no biênio 2020/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	LICITADO E CONTRATADO EM 2019 NÚMERO DE COTAS Valor R\$ 1,00	10 MESES-EMPENHOS 2019/2020*	CONSUMO 2020/2021(Previsão) NÚMERO DE COTAS Valor R\$ 1,00
1	CATEGORIA MATERIAIS BÁSICOS	250.000	64.933,00	400.000
2	CATEGORIA CARPINTARIA	60.000	14.776,00	60.000
3	CATEGORIA COMBATE A INCÊNDIO	40.000	11.089,00	40.000
4	CATEGORIA HIDRÁULICA	120.000	48.044,00	120.000
5	CATEGORIA PAISAGISMO	110.000	56.687,00	110.000
6	CATEGORIA PINTURA	120.000	9.704,00	120.000
7	CATEGORIA REVESTIMENTO	330.000	70.362,00	330.000
8	CATEGORIA ELÉTRICA	420.000	54.499,00	420.000
9	CATEGORIA SERRALHERIA	110.000	12.941,00	110.000
10	CATEGORIA VIDRAÇARIA	90.000	7.205,00	90.000
<b>TOTAL</b>		<b>1.650.000</b>	<b>350.240,00</b>	<b>1.800.000</b>

\*Os valores descritos na coluna “10 MESES-EMPENHOS 2019/2020” foram retirados dos empenhos nos processos de pagamento do pregão SRP 019/2019 (SEI! [23086.007658/2019-63](#); [23086.007654/2019-85](#); [23086.007656/2019-74](#); [23708.000437/2019-08](#)).

16.3. Através de uma pesquisa de mercado foram encontrados valores de descontos para os insumos que a administração deseja adquirir via este certame e em outros órgãos públicos conforme pesquisa realizada no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, que é a base de dados para as pesquisas que retornam o Paine de Preços. Dessa forma a pesquisa de preços atende ao art. 2º, inciso I, da IN 005/2014, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - Paine de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>;

16.4. Portanto, para uma aquisição de itens de insumos, em que será utilizado para aceitabilidade o valor de desconto percentual médio, conforme pesquisa com atas realizadas em anexo, aceito nos itens especificados abaixo:

**Tabela 3 – Valor de Referência**

Item	Descrição do Item	Valor referencial de desconto mínimo (%)*
1	CATEGORIA MATERIAIS BÁSICOS	13,45%
2	CATEGORIA CARPINTARIA	12,82%
3	CATEGORIA COMBATE A INCÊNDIO	9,81%
4	CATEGORIA HIDRÁULICA	17,84%
5	CATEGORIA PAISAGISMO	9,49%
6	CATEGORIA PINTURA	18,18%
7	CATEGORIA REVESTIMENTO	14,92%
8	CATEGORIA ELÉTRICA	17,32%
9	CATEGORIA SERRALHERIA	13,59%
10	CATEGORIA VIDRAÇARIA	10,56%

\*Percentual médio calculado com base nos percentuais na Tabela – Pesquisa de Preços

16.5. As porcentagens mínimas de descontos admitidas para o certame estão dispostas na Tabela Valor de Referência acima. Serão desclassificadas as propostas ou os lances vencedores com valores inferiores aos descontos mínimos fixados.

**17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Serão consagrados vencedores os licitantes que OFERTAREM O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre os preços unitários dos insumos da tabela SINAPI, subsidiariamente na SICRO e subsidiariamente na SETOP.

- 17.2. Serão utilizados como referência os preços das tabelas DESONERADAS SINAPI, SICRO e SETOP para o estado de Minas Gerais.
- 17.3. Considerando as publicações das Tabelas SINAPI, SICRO e SETOP para cada mês do ano, para fins de pagamento dos objetos aceitos definitivamente pela UFVJM, será utilizada, preferencialmente como referência a tabela em que estiver compreendida a data do recebimento do empenho considerando que a empresa pode atrasar a emissão de uma nota fiscal para aguardar uma nova tabela, quando provavelmente, os valores dos itens serão maiores.
- 17.4. Serão requisitados e fornecidos os insumos constantes das Tabelas SINAPI, SICRO e SETOP consoantes às suas respectivas unidades de medida, apenas.
- 17.5. Poderão ser requisitados ao respectivo licitante vencedor do item, que comportar em virtude de sua classificação (elétrica, hidráulica, etc.), quaisquer insumos que forem integrados às Tabelas SINAPI, SICRO e SETOP durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 17.6. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**18. DO FORO**

- 18.1. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro de Belo Horizonte – MG, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, independente de qualquer privilégio.

Leonardo da Silva Boaventura

Administrador

Siape: 2156336

Divisão de Manutenção - DINFR/PROAD/UFVJM

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras

Atualização: Julho/2020



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo da Silva Boaventura, Servidor**, em 23/10/2020, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0200362** e o código CRC **D29588DD**.